



Sindicato dos Trabalhadores da **Direcção-Geral das Contribuições e** **Impostos**

Rua Antão Girão, 91 - 1º.

S E T U B A L TEL. 29917

Comunicado nº. 1/79, em 10/1/79

STB

A T O D O S O S T R A B A L H A D O R E S :

Há já algum tempo que a Direcção tem estado afastada das suas bases, pois há algumas semanas que nada comunicamos. Na verdade isso não foi por nossa vontade mas sim porque atravessámos um período em que, sobre os assuntos que mais importavam, não conseguíamos obter notícias concretas, não passando da fase de boatos contraditórios que não interessava serem propalados. Quanto a problemas internos estivemos a preparar certas modificações que só agora estão concretizados. Desejando que o ano há pouco começado vá constituir um marco positivo na caminhada de todos nós em busca de uma vida onde possamos encontrar uma melhor justiça, desejando que todas as qualidades positivas do nosso movimento sindical se robusteçam e que os defeitos que têm possam ser irradiados, vamos expor o que se passa com os problemas que mais interessam a todos os trabalhadores.

PARTE I

REESTRUTURAÇÃO

Continua a estar na linha mais aguda das nossas preocupações. O prazo dos 90 dias aproxima-se do fim. Ultimamente temos tido falta de informações concretas e certas a nível oficial. Só uma coisa nos tem sido constantemente afirmado: que o Decreto Regulamentar sairá no prazo de 90 dias marcado pelo Decreto-Lei. Aliás outra coisa não se poderia esperar de um Estado de Direito em que nos encontramos, uma vez que tal prazo é imperativo.

Se tal não acontecesse, se chegado o último dia de prazo o Decreto Regulamentar não fosse publicado então os trabalhadores dos Impostos saberiam dar réplica imediata. A greve que esteve marcada para dia 6 de Novembro foi suspensa e não anulada. Enquanto a Reestruturação não estiver completa mantêm-se válidas as decisões da Assembleia Geral de Delegados, de 6 de Maio.

Esperamos que tal não seja essencial. Mas se fôr preciso não hesitaremos em reviver os dias memoráveis de 30 e 31 de Outubro.

A data limite para a saída do Decreto Regulamentar é dia 29 deste mês. Teremos que ter um dia de intervalo e, dias 31 e 1, se as nossas pretensões não tiverem sido satisfeitas, serão novamente jornadas de luta. Oxalá isso não se verifique. Mas, como outras vezes já provámos, se não desejamos a luta também não a tememos nem hesitaremos perante ela.

Foi-nos afirmado pelo Dr. Elder Fernandes que dia 20 será entregue a redacção definitiva do Decreto Regulamentar ao Ministro das Finanças. Já pedimos a este uma entrevista logo a seguir para analisarmos aqueles pontos que o Sindicato ache necessário ser corrigidos. Nós sabemos que há alterações feitas ao projecto mas não podemos afirmar concretamente quais elas sejam pois nenhuma comunicação oficial delas nos foi feita. Igualmente enviámos um ofício ao Director-Geral das Contribuições e Impostos em que exigimos que a medida que o Decreto seja redigido nos entreguem dia a dia o texto que fôr sendo feito, para que te-

amos tempo de o analisarmos cuidadosamente antes da entrevista com o Ministro.

Mencionámos, acima, que havia alterações em relação ao projecto que conhecemos e que avia sido acordado entre o Sindicato e o Director-Geral. Sem podermos entrar em promenoes, julgamos saber^{que} as principais dessas alterações dizem respeito às gratificações, às emunerações acessórias e ao pessoal administrativo. Alertamos para esse facto, afirmamos ue o Sindicato nunca dará o seu aval a soluções que prejudiquem e vão contra a vontade os trabalhadores já expressa e aceite.

Esperamos que esses problemas que prevemos possam ter conclusão favorável por meio o contacto directo com o ministro. Da acção das duas Direcções-Gerais (Contribuições e mpostos e Função Pública) até agora empenhadas no assunto já não esperamos mais nada. inda agora remoem e mastigam problemas que já deviam estar decididos há muitos meses. inda hoje se culpam uma à outra das soluções menos do agrado dos trabalhadores. O que ara nós é secundário pois que uma ou outra representam a Administração e duma e doutra arte temos razões de queixa, como todos sabem.

Também é nosso dever ir alertando, desde já, os trabalhadores para outro problema ue se há-de seguir à publicação da Reestruturação: o da sua aplicação.

Com efeito deveremos estar vigilantes e actuates e exigir que o espírito da lei não seja desvirtuado pela sua aplicação prática, que deve ser conduzida, aliás, por pessoas le espírito aberto, por pessoas que não se agarrem ao passado, que tenham vontade de dia logar e de defender os trabalhadores.

Assim como não consideramos a Reestruturação, uma vez publicada, obra perfeita e aca bada. Ela há-de ter um sentido dinâmico, aberta a corrigirem-se os defeitos que evidenciar e isso há-de ser, acima de tudo, obra da pressão dos trabalhadores e das suas organizações

Como já dissemos claramente os próximos dias serão decisivos. Esperamos que tudo cor ra pelo melhor mas surpresas desagradáveis que temos tido no passado, a atitude da nossa Direcção-Geral e da Função Pública (Há quanto tempo devia estar tudo pronto!), fazem com que alertemos todos para estarem prontos para a luta, se ela fôr necessária. A experiênci a que já temos torná-la-á mais fácil e mais frutífera.

ALERTA TODOS!

CONFIANTES MAS VIGILANTES!

A Direcção tudo fará para o bem comum.

QUE TODOS COLABOREM

A meta será ALCANÇADA.

PARTE II

OS ATAQUES AOS TRABALHADORES

1)

No seguimento da greve de 30 e 31 de Outubro vários trabalhadores foram vítimas de medidas de intimidação. Foram medidas verbais, ameaças não concretizadas.

Se o fossem seriam ilegais. Mesmo assim ofendem o espírito das leis que concederam certos direitos a todos os trabalhadores (é preciso não confundir liberdade com libertina gem). cremos que nenhuma dessas ameaças passou disso mesmo. Mas se em alguma parte houver conhecimento de algum caso de dano causado a qualquer colega pedimos que ele seja imedia tamente comunicado à Direcção Nacional.

2)

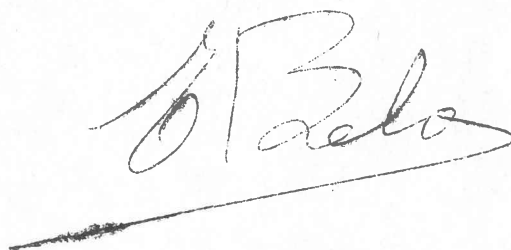
Também uma muito falada resolução do Conselho de Ministros afecta as Comissões de Trabalhadores. É mais uma ameaça a que temos de estar atentos, pois pode haver mesmo quem tente alargar o seu âmbito. Repudiá-la e apelamos para a união de todos. O que nos une é muito mais importante do que o que nos separa e só a união é que faz a nossa força e nos dá capacidade de resistência.

P A R T E I I I
COBRANÇA DE QUOTAS

Chamamos a atenção de todos os colegas e muito especialmente os delegados sindicais para o facto de dentro de muito pouco tempo irem seguir os impressos necessários para uma nova forma de cobrança de quotas. Para ela chamamos desde já a atenção de todos. Não -de ver que é um sistema muito mais simples e pedimos a todos os delegados que leiam bem e atentamente as instruções que vão^a acompanhar os impressos. Com eles esperamos que essa cobrança possa correr melhor do que anteriormente.

Setúbal, 10 de Janeiro de 1979

A D I R E C Ç Ã O

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "O. Bello", with a long horizontal line extending from the bottom of the signature.